

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO II Nº 44 Rio de Janeiro, 2 a 8 de junho de 2004

## É hora de juntar todas as peças

Fotos: Mariana Magro



*Em sentido horário: Jorge Geraldo, Waldomiro Diniz, Rivângela Barros, José Luiz Quintães, Mauro Michelsen e Kátia Rognoni*

**Q**uando iniciaram o trabalho, os membros da CPI da Loterj/Rioprevidência se viram diante de um emaranhado de denúncias e informações desencontradas. Noventa dias, 43 depoimentos e pilhas de documentos depois, a CPI junta as peças e descortina dois esquemas que drenaram milhões de reais dos cofres públicos. Para concluir o quebra-cabeças, a Comissão ainda precisa analisar os sigilos bancário, telefônico e fiscal dos principais envolvidos nos dois escândalos, por isso pediu a prorrogação de suas atividades por 60 dias.

Nesta reportagem, mostramos o que a CPI já apurou e como a versão do ex-presidente da Loterj Waldomiro Diniz vem

sendo desmontada a cada novo depoimento. Contra a gestão de Waldomiro na Loterj pesam denúncias que vão desde a nomeação de funcionários que não trabalhavam, passando por desvios nas verbas de publicidade, até a manipulação de contratos milionários para favorecer determinadas empresas.

Já no Rioprevidência, operações com títulos públicos por meio de três distribuidoras, entre junho e dezembro de 2002, causaram prejuízo de R\$ 32 milhões. A CPI descobriu também que uma das distribuidoras tinha como sócio Eric Bello, filho do então presidente do fundo, Ruy Bello.

PÁGINAS 4 e 5

*Foi dado o pontapé inicial para o Parlamento Juvenil 2004*

PÁGINA 2

*Leis garantem a gratuidade e aumentam consciência social*

PÁGINA 3

*Alerj cria Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude*

PÁGINA 8

# Nova edição do Parlamento Juvenil

ESTE ANO, IDADE MÁXIMA DOS ESTUDANTES SOBE PARA 21 ANOS. JOVENS TERÃO AULAS NA ESCOLA DO LEGISLATIVO

FERNANDA PORTO

Em sua segunda edição, o Parlamento Juvenil – que reunirá 92 alunos da rede pública estadual na Assembléia Legislativa representando todos os municípios fluminenses – ganhou aliados, aprimorou o processo de seleção dos alunos e aumentou a idade máxima dos candidatos de 18 para 21 anos. No dia 2 de junho, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), assinou o convênio com representantes das secretarias estaduais de Educação e da Infância e da Juventude, da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) que deu início ao projeto.

Os representantes de cada município serão escolhidos pelo voto direto dos colegas, em dois turnos de votação (exceto na capital, onde haverá três turnos). Este ano, alunos da Faetec participarão do processo eleitoral pela primeira vez. “Teremos, em Campos e no Rio, candidatos que disputarão com representantes das demais escolas”, explica Mercedes Moreira, supervisora técnica da Faetec.

O primeiro turno será no dia 17 de agosto, quando cada escola escolherá



Mariana Magro

*A eleição dos novos parlamentares juvenis, que assumem em janeiro de 2005, será em julho*

um candidato para disputar a eleição no seu respectivo município. O segundo turno ocorrerá em 14 de setembro, quando serão eleitos os 92 representantes do Parlamento Juvenil. A posse dos deputados mirins está marcada para 24 de janeiro de 2005. “Nada melhor para conhecer a política do que exercitá-la. Queremos formar novas lideranças, incentivando o debate em cada um dos municípios”, afirma o presidente da Alerj.

Nesta edição, os 92 representantes eleitos passarão por um treinamento na Escola do Legislativo, a ser inaugurada no segundo semestre pela Alerj. A capacitação será realizada no final do ano. “O aproveitamento desse ano será ainda maior, tanto por parte dos estudantes, que serão mais bem preparados, quanto por parte do Governo, que receberá excelentes idéias”, vibra Picciani, autor da resolução que criou o Parlamento Juvenil.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
dcs@alerj.rj.gov.br Tel: 2588-1404/1383

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretário:

Léo Vivas

3º Secretário:

Acárisi Ribeiro

4º Secretário:

Nelson do Posto

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Elana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Rogério do Salão

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Alfredo Junqueira, Geiza Rocha

e Luiz Marchesini

Estagiários:

Andreia Quelhas, Camila Parada,

Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto,

Florence Jacq, Gabriel Mendes,

Guilherme Costa, Leandro Marins,

Mariana Magro, Melissa Ornelas e

Ramien Brum

Fotografia:

Daniela Barcellos

Diagramação:

Eduardo Passôa

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

## FRASES DA SEMANA

“É preciso que as pessoas encontrem eco nesta Casa para os seus anseios. Hoje foi a Uerj, poderia ter sido o Sepe, ou os estudantes sobre o passe-livre.”

Alessandro Molon (PT), sobre a manifestação dos servidores da Uerj, que reivindicaram reajuste salarial.

“Ser defensor público neste estado é um sacerdócio, e tal classe merece todo o apoio da Alerj.”

Dica (PFL), sobre o projeto de lei do deputado Edmilson Valentim (PCdoB), que cria o Fundo Especial da Defensoria Pública.

“Há um poema de Brecht cujo título é *O Analfabeto Político*, que fala um pouco das pessoas que não percebem que as decisões políticas, para o bem ou para o mal, interferem na vida de todos os cidadãos.”

Gilberto Palmares (PT), sobre a reivindicação de reajuste salarial dos metalúrgicos de Angra dos Reis.



# Gratuidade amplia acesso a direitos

LEIS DIMINUEM DESIGUALDADES E TÊM COMO CONSEQUÊNCIA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA A POPULAÇÃO



O aposentado José Oliveira Xavier (E) pôde renovar sua carteira de habilitação gratuitamente

FERNANDA PORTO

Na Alerj, a gratuidade também é política para incluir a população. Na última semana, foi aprovado, em primeira discussão, o projeto de lei do presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), que estabelece a gratuidade em estacionamentos públicos para maiores de 65 anos. Se aprovado e sancionado, o projeto será somado às leis, já aprovadas pela Casa, que tentam, segundo Picciani, “diminuir a desigualdade social reduzindo o custo de elementos importantes, para uma melhor qualidade de vida da população”.

A lei, de autoria do deputado Paulo Melo (PMDB), que garante aos maiores de 60 anos a gratuidade na renovação na carteira de habilitação já beneficiou mais de 39 mil idosos desde que entrou em vigor. “A expectativa de vida das pessoas aumentou, e é um prazer observar que a legislação do nosso estado acompanha essa nova realidade, nos dando esse amparo. Só no caso da carteira, são mais de R\$ 100 economizados”, comemora o aposentado José Oliveira Xavier, de 76 anos, enquanto assina os documentos para a entrega de sua carteira de habilitação. Para o autor da lei, essas iniciativas devem ser respeitadas. “Não só devemos resguardar o direito adquirido como devemos tomar cuidado com o retrocesso da

legislação, que pode nos levar ao caos social”, alerta Paulo Melo.

Outra área que possui leis garantindo a gratuidade é a área de saúde. Só a deputada Heloneida Studart (PT) criou três leis, das quais se destaca a que estabelece a obrigatoriedade das cirurgias plásticas gratuitas de mama em casos de mutilações causadas pelo câncer. Na época, a deputada defendeu seu projeto, aprovado no ano passado, usando como argumento a relação entre o órgão e a saúde física e mental da mulher. “O seio está relacionado à nossa feminilidade, à maternidade. Não há saúde para a mulher se algum desses conceitos estiver abalado”, defende.

Sempre que entram em vigor, as leis têm seu valor questionado pela sociedade. Para os deputados, não se trata de populismo ou caridade, mas de justiça social. “A Suíça pode legislar de outra forma, porque lá as pessoas têm dentes. O ideal seria que o Legislativo não tivesse que fazer isso, já que essas iniciativas devem partir do Executivo”, defende a deputada Cidinha Campos (PDT), autora da lei que obriga a rede pública de saúde a oferecer tratamento dentário gratuito. Para o deputado Jorge Picciani, as leis que garantem a gratuidade aumentam a consciência social. “O fato de vivermos em uma sociedade capitalista não pode nos limitar ao pensamento de lucro. Por isso elas são tão importantes”, acredita.

## Saúde e cidadania garantidos pelo estado

**Lei 4.139/2003 – Cidinha Campos (PDT)** – Obriga o poder Executivo a dotar as unidades hospitalares públicas e os Cieps de equipamentos necessários à prestação de assistência dentária.

**Lei 4.085/2003 – Paulo Melo (PMDB)** – Concede isenção do pagamento de taxas estaduais relativas à renovação da carteira de habilitação aos maiores de 65 anos.

**Lei 4.103/2003 – Heloneida Studart (PT)** – Obriga as unidades públicas e conveniadas de saúde a realizar cirurgia reconstrutiva de mama em mulheres que sofreram mutilações decorrentes de câncer.

**Lei 4.119/2003 – Heloneida Studart (PT)** – Obriga o estado a manter a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à monitoração da glicemia capilar nos portadores de diabetes.

**Lei 3.790/2002 – Paulo Ramos (PDT)** – Estabelece a gratuidade no Diário Oficial e demais veículos de comunicação das publicações de editais de convocação de pessoas desaparecidas para se manifestarem em processo judicial.

**Lei 2.648/1996 – Heloneida Studart (PT)** – Garante aos juridicamente necessitados a realização do exame de paternidade (DNA) na rede pública estadual de saúde.

**Projeto de lei 1.070/2003 – Jorge Picciani (PMDB)** – Dispõe sobre o direito a gratuidade para os maiores de 65 anos nos estacionamentos em espaços públicos concedidos ou permitidos.



# Pecas da CPI da Loterj/Rioprevi

## Contratos Hebara e Combralog: grande acerto

Baseada na fita em que Waldomiro Diniz aparece negociando com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a Comissão Parlamentar de Inquérito acredita que o ex-presidente da Loterj tenha alterado o edital da loteria de múltiplas chances (vencido pela Hebara), para torná-lo menos abrangente e garantir o monopólio de Cachoeira sobre os jogos *online* no estado do Rio. Relatório da Procuradoria Geral do Estado (PGE) também aponta na mesma direção. No documento, a PGE afirma que “o objeto da licitação tornou-se mais restritivo”.

A suspeita dos deputados é reforçada pelos depoimentos das ex-presidentes da Comissão de Licitações da Loterj, Fátima Farias e Kátia Rognoni. Ambas afirmaram que os editais de licitação da Hebara e da Combralog já chegaram prontos da presidência, então ocupada por Waldomiro, que, segundo elas, era autoritário e centralizador. Os depoimentos do ex-vice-presidente da Loterj Jorge Geraldo da Veiga e da ex-diretora administrativa, Rivângela França Barros, confirmaram que era Waldomiro Diniz quem tomava todas as decisões referentes a esses dois processos. Segundo os depoimentos, Waldomiro chegava a redigir pareceres técnicos que seus assessores simplesmente assinavam.

Para os deputados, o processo de licitação que a Combralog venceu é suspeito. Em janeiro de 2001, a

Montréal Informática ganhou a licitação para exploração de jogos *online* (vídeo loteria) no estado do Rio. Em setembro do mesmo ano, Waldomiro Diniz anulou a licitação e no mês seguinte lançou novo edital. O Consórcio On Line Games Lottery, encabeçado pela Montréal, foi desabilitado em dezembro e, em janeiro de 2002, o Consórcio Combralog, de Carlinhos Cachoeira, abocanhou o contrato de R\$ 168 milhões. A CPI também desconfia de irregularidades na substituição da empresa argentina Boldt pela coreana Picosoft do Brasil, no Consórcio Combralog. A partir dos depoimentos, os deputados descobriram que Armando Dilli, então funcionário da Combralog, viajou para a Coréia do Sul em 2002, representando a Loterj, para atestar a qualificação da Picosoft. “Dilli não era funcionário da Loterj. Então não poderia nunca ir à Coréia com uma carta de apresentação do órgão”, protesta o presidente da CPI, deputado Alessandro Calazans (PV).

Já o deputado Paulo Ramos (PDT) denuncia um grande acordo para favorecer a Hebara, que explora os dois principais produtos da Loterj (Raspadinha e Totobola). A CPI já apurou que a Hebara subcontrata outras empresas de maneira informal e irregular para distribuir os bilhetes.

## Cronologia dos contratos

**1997** – Hebara assina seu primeiro contrato com a Loterj para exploração de loteria de múltiplas chances (Totobola)

**1998** – Hebara vence a licitação para explorar loteria instantânea (Raspadinha)

**Janeiro de 2001** – Montréal ganha a licitação para os jogos *online*

**Setembro de 2001** – Waldomiro Diniz anula essa licitação

**Janeiro de 2002** – Combralog vence a nova licitação.

**Março de 2002** – Waldomiro restringe o novo edital do Totobola

**Julho de 2003** – Loterj prorroga contrato da Raspadinha com a Hebara

## Funcionário fantasma é descoberto



## Waldomiro é desmentido

Em seu depoimento, Waldomiro Diniz (foto) embargou a voz para dizer que o pedido de propina gravado na fita era na verdade para seu ex-assessor Armando Dilli, que estaria passando por dificuldades financeiras. A CPI não se convenceu e convocou Vera Lúcia Estorino, viúva de Armando Dilli, morto em dezembro de 2002. Ela negou que seu falecido marido e Waldomiro fossem amigos e garantiu que a família não passava por aperto financeiro.

Em sua versão, Waldomiro conta que, no dia em que a fita foi gravada, Armando Dilli o pegou de carro e traçou o roteiro da conversa no caminho para o escritório de Cachoeira. A fita na íntegra, a que a CPI teve acesso, revela que Armando Dilli, na verdade, já estava no prédio da

## Publicidade

Dados levantados por um dos relatores da CPI, deputado Luiz Paulo (PSDB), dão conta de um aumento substancial nas verbas de propaganda da Loterj na gestão Waldomiro. Em 2000, a autarquia investia R\$ 7,5 milhões em publicidade. Esse valor saltou para R\$ 11,1 milhões em 2001 e chegou a R\$ 17,1 milhões em 2002, – incrementos de 50% e 53%, respectivamente. O outro relator, deputado Paulo Melo (PMDB), lembra que a receita da Loterj, no entanto, não acompanhou essa escalada. Segundo ele, em 2001 a arrecadação

# dência começam a se encaixar

Os deputados também investigam funcionários que estavam lotados na Loterj na gestão de Waldomiro, mas que não trabalhavam. O primeiro funcionário fantasma identificado é Amaro Dias, que constava dos quadros da Loterj como chefe de gabinete de Waldomiro, entre março de 2001 e abril de 2002. Amaro (foto) confirmou à CPI que só comparecia à sede da autarquia para assinar o cartão de ponto e ainda reclamou que achava pouco o salário que recebia – R\$ 3,5 mil mensais, mais vale transporte e tíquete-refeição. “Trata-se de um caso evidente de apropriação indébita, e a CPI vai determinar que esse senhor devolva na íntegra os valores aos cofres públicos”, adianta Calazans.

## Rioprevidência: negócios em família

No caso Rioprevidência, a CPI descobriu que quem tirou a sorte grande foi o sócio da Turfa DTVM, Eric Bello (foto). Em junho de 2002, sua empresa, há apenas dois meses no mercado, começou a negociar títulos públicos com o Rioprevidência, então presidido por seu pai, Ruy Bello. O Rioprevidência comprou títulos da Turfa com preço muito acima do valor de mercado, ignorando, inclusive, o alerta do banco custodiante, o Banerj.

Na gestão de Ruy Bello, o Riopre-

vidência fez 30 operações de compra e venda de títulos públicos com as distribuidoras Turfa, CQJR e Quantia, de junho a dezembro de 2002. Relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) aponta um rombo de R\$ 32 milhões nos cofres do fundo nesse período. O prejuízo teria como causa a compra de títulos superavaliados. “Foi configurado, no mínimo, o crime de má-gestão de recursos públicos”, afirma o deputado Alessandro Calazans.

Em depoimento à CPI, os sócios das três distribuidoras e os diretores do Rioprevidência tentaram desqualificar o relatório do TCE. Eles alegam que a auditoria levou em consideração o valor cotado pela Andima, quando o indicado seria a Selic. Os dirigentes do Rioprevidência, inclusive Ruy Bello, disseram não saber que Eric Bello era sócio da Turfa. Já os sócios da Turfa alegaram desconhecer que Ruy Bello fosse presidente do Rioprevidência.



Combralog com o empresário goiano muito antes de Waldomiro chegar.

Surpreendido por uma pergunta sobre a compatibilidade de seu salário da Loterj (R\$ 4 mil) com seu padrão de vida, Waldomiro alegou que recebia uma ajuda de custo de R\$ 8 mil da Fundação Parque de Alta Tecnologia de Petrópolis (Funpat). Ex-diretores da fundação negaram enfaticamente o pagamento a Waldomiro. As subcontratadas da Funpat para serviços na Loterj, Atruim Consultores, NR Informática e Microsis, também garantiram que não remuneraram o ex-presidente da Loterj.

Waldomiro também foi desmentido pelo ex-tesoureiro do PT, Paulo Wairos, que negou ter recebido R\$ 100 mil do ex-presidente da Loterj como doação para a campanha de Geraldo Magela (PT) ao governo de Brasília, em 2002.

## de: muito dinheiro e pouco resultado

dação caiu 4,9% e em 2002 cresceu 19%, pouco se comparado aos investimentos.

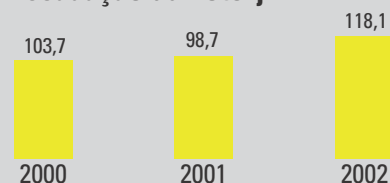
A suspeita é de que as verbas de publicidade eram desviadas para um caixa dois. Os deputados apontam que a Loterj desembolsava uma quantia acima da média pelos pontos de publicidade e que a autarquia não checava a instalação dos *outdoors*.

O diretor de atendimento da Giovanni FCB, empresa que detinha a conta da Loterj, Gustavo Carvalho de Oliveira, disse à CPI que o incremento nas verbas de publicidade da Loterj se deveu à estratégia de revitalizar

as raspadinhas, através da propaganda. Ele informou que a Loterj pagava por 120 pontos de publicidade, mas admitiu que não tinha como fiscalizar o serviço de colagem, prestado pela Job Niterói.

O consultor de Marketing, Marcelo Boschi, que prestou serviços à Loterj, afirmou que um investimento de 8% do faturamento da Loterj em publicidade seria uma quantia razoável. Luiz Paulo frisou que a Loterj chegou a gastar 25% de seu faturamento com publicidade. “Está tipificado crime de improbidade administrativa”, concluiu.

### Arrecadação da Loterj\*



### Despesas com Publicidade\*



\* em milhões de Reais

## EM DEBATE: O QUE ESPERAR DO ORÇAMENTO DE 2005?

## EDSON ALBERTASSI

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSC

***Luz no fim do túnel***

Leandro Marins

Em 2003 o Governo Rosinha Garotinho saiu de uma situação caótica para o equilíbrio financeiro, apresentando até ao final do ano um pequeno superávit orçamentário, após ter recebido um estado com déficit primário de R\$ 515,9 milhões.

O Governo também superou as metas de resultados primário e nominal em 2003, e cumpriu todos os índices exigidos constitucionalmente referentes à Saúde, Educação e Meio Ambiente, inclusive no que se refere ao Fundo Especial de Controle Ambiental (Fecam) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e atendeu todos os limites da responsabilidade fiscal. O rigor na execução orçamentária, as drásticas medidas de austeridade fiscal do lado das despesas e a firme determinação da governadora Rosinha Garotinho foram responsáveis por preservar recursos para as áreas Social, de Segurança Pública, Infra-estrutura e Habitação e pela quitação de 15 folhas salariais (os 12 salários mensais devidos, mais o 13º do ano anterior e o daquele ano – que não haviam sido pagos pelo Governo anterior), em apenas 12 meses.

Em 2004, a gestão orçamentária e financeira está seguindo o mesmo caminho. Conseguiu-se equacionar



***“A reorganização do estado está possibilitando mais investimentos”***

várias pendências financeiras com a União, e a reorganização do estado durante o ano de 2003 está possibilitando mais investimentos, priorizando a melhoria da qualidade de vida da população.

Para 2005, a expectativa está no tão esperado aumento da atividade econômica do País, que certamente gerará aumento de receita. Espera-se um incremento dos investimentos dentro dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, aumento de receita a valores de 2004 da ordem de R\$ 3 bilhões e baixos índices de desemprego. Espera-se também a continuidade dos investimentos realizados ao longo de 2003 e 2004 e a ampliação da prestação de serviços à população nas áreas-chaves do Governo: Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social.

## LUIZ PAULO CORRÊA DA ROCHA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

***Não à subserviência***

Daniela Barcellos

O projeto de lei 1.493/04, que tem como objeto fixar as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2005 – de autoria do Executivo –, carrega em seu bojo dois artigos flagrantemente inconstitucionais. Um deles chega a ser desrespeitoso com o nosso Legislativo Fluminense.

O Governo não faz por menos: o primeiro petardo está acomodado acintosamente logo no seu artigo 4º, que propõe que “a introdução de novos programas de benefícios ou incentivos fiscais ou a ampliação do escopo dos já existentes (...) poderá se feito por decreto do Poder Executivo.”

Pretende o Executivo extirpar os poderes constitucionais desta Casa de Leis? E mais: o plenário vai se sujeitar a isso? Esperamos que não. Todo e qualquer incentivo fiscal só têm valor legal se aprovado pela Alerj. E o Supremo Tribunal Federal, recentemente, se manifestou contra uma questão semelhante a essa proposta formulada pelo Executivo.

Ao elaborar o artigo 4º, o Governo parece desconhecer a legislação vigente. Qualquer legislador deveria saber que não se concedem incentivos fiscais, de qualquer natureza, sem que se tenha, também, a aprovação do Pleno do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

***“Duas propostas do Executivo já foram fontes de recentes escândalos”***

Mais adiante, em seu artigo 28, o Governo do estado fere de morte a sagrada instituição do concurso público e cria uma brecha para burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF). Pela proposta, o Governo desvincula dos gastos formais de pessoal os custos dos contratos de prestação de serviço.

Com essa manobra, adeus concurso público e planos de cargos e salários. Além disso, jamais se atingirá o teto constitucional de 60% de gastos com pessoal, porque tudo vai ser terceirizado, burlando a LRF – o Governo vai estar sempre folgadoamente abaixo do teto. As duas propostas do Executivo, coincidentemente, já foram fontes de escândalos e canais de sangria dos cofres públicos. Precisamos ficar alertas.





# Jovens ganham comissão na Alerj

OBJETIVO É PROPOR POLÍTICAS QUE AJUDEM A REVERTER DADOS NEGATIVOS REVELADOS EM PESQUISA DA UNESCO



Daniela Barcellos

*Molon preside a Comissão que participará das discussões nacionais sobre a juventude*

FLORENCE JACQ

Estudo realizado pela Unesco revela que o Brasil só fica atrás da Colômbia e de Porto Rico em número de jovens assassinados, entre 60 países pesquisados. O relatório informa ainda que, em duas décadas, a média brasileira de homicídios subiu de 30 para 52 jovens para cada grupo de 100 mil, na faixa entre 15 e 24 anos. No Rio de Janeiro, este número chega a 107,6 jovens. Dados como estes motivaram a Alerj a criar a comissão especial para acompanhar os trabalhos da Comissão de Políticas Públicas para Juventude da Câmara dos Deputados. Proposta pelo deputado Alessandro Molon (PT), a Comissão foi instalada na última quarta-feira, 26 de maio, e será lançada em solenidade no Auditório Senador Nelson Carneiro, dia 4 de junho, às 15h. O objetivo dos dois grupos de trabalho é propor políticas que revertam os dados negativos apontados pela Unesco.

Segundo Molon, desde maio de 2003, a Câmara dos Deputados vem discutindo um Plano Nacional de Juventude, em Brasília. “Não poderíamos ficar de fora desse debate. A taxa de mortalidade juvenil em nosso estado atinge mais do que o dobro da média nacional”, revela o deputado. “Temos conquistas no plano legal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência

Social, mas a falta de investimento em políticas públicas sérias faz com que os jovens brasileiros se tornem produtos diretos do desequilíbrio sócio-cultural do País”, alerta Molon.

O presidente da Comissão da Câmara, deputado federal Reinaldo Lopes (PT/MG), explica que já foram realizadas conferências em todos os estados desde sua criação, há um ano. Cada um deles apresentou uma carta de demandas. “Nos dias 16, 17 e 18 de junho, daremos início à próxima etapa do projeto, realizando a conferência nacional, quando tentaremos reunir todas as propostas em um só plano. Por isso, acho fantástico que o Molon esteja aprofundando esse debate no Rio de Janeiro, através da Comissão Especial de Políticas Públicas da Juventude da Alerj”, afirma o deputado. Lopes disse, ainda, que o Plano Nacional da Juventude deve ir a plenário, no formato de um projeto de lei, até o início do segundo semestre deste ano, para ser apreciado pelos demais deputados.

Segundo Molon, antes da instalação, a Comissão já havia se reunido com o Observatório da Juventude, grupo de pesquisas da Universidade Federal Fluminense (UFF), e com as ONGs Rede Jovem, que debate o acesso à cultura, e Ibase. A Comissão será composta também pelos deputados André do PV, Alessandro Calazans (PV), Inês Pandeló (PT), Andréia Zito (PSDB) e Glauco Lopes (PSDB).

## CURTAS

### Pensões regulamentadas

O drama das pensões dos servidores militares do estado e seus dependentes começa a ser resolvido esta semana. Os deputados Coronel Jairo (PSC) e Waldeth Brasiel (PL) conseguiram aprovar, em plenário, requerimento para instituir a Comissão Especial para Elaborar Proposta de Regulamentação do artigo 93 da Constituição Federal. Segundo Coronel Jairo, o principal objetivo é resolver a situação de dependentes de ex-policiais e ex-bombeiros.

### Reforma Política

Na próxima sexta-feira, dia 4, às 10h, a Comissão Especial para Acompanhar a Reforma Política, presidida pelo deputado Edmilson Valentim (PCdoB) realizará sua primeira audiência pública para debater o processo de reforma político-partidária em curso. Foram convidados os deputados federais Alexandre Cardoso (PSB/RJ), presidente da Comissão de Reforma Político-Partidária em Brasília e Renildo Calheiros (PCdoB/PB), membro da mesma comissão, além de vereadores de diversos municípios do Rio.

### Educação em pauta

Na próxima segunda-feira, dia 7, a Comissão de Trabalho da Alerj reunirá o secretário estadual de Educação, Cláudio Mendonça, e representantes do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado (Sepe) em uma audiência pública para debater o corte das licenças das lideranças do Sepe pela Secretaria de Educação. No dia 26 de junho, o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), garantiu, em reunião com representantes do Sepe, que seriam retomadas as negociações entre o sindicato e a secretaria.

ENTREVISTA **ANDRÉ DO PV**

DEPUTADO PELO PV

# 'A política está no meu sangue'

FERNANDA PIZZOTTI

Com 27 anos, casado e pai de uma filha, o advogado André Luiz Lazaroni de Moraes, mais conhecido como André do PV, entrou para a vida pública em 2002, quando foi eleito deputado estadual. Líder da bancada na Alerj, André acredita que tem muito trabalho pela frente. Militante partidário desde os 15 anos, ele é membro de duas comissões permanentes e suplente de três. Presidente da Comissão Especial para criação do Código Ambiental do Estado do Rio, André do PV, que se especializou em Direito Ambiental, instala nas próximas semanas a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a grilagem de terras no Estado e a Comissão Especial para avaliar a situação dos corpos d'água no Rio de Janeiro. Nas próximas linhas você vai conhecer um pouco mais sobre o jovem deputado.

**Que diretrizes as comissões que o senhor preside terão?**

Na Comissão dos Corpos d'Água, que está para ser instalada, vou propor uma maneira de não perder um recurso tão importante como a água. Na CPI da Grilagem, vou apurar denúncias de grilagem de terras em várias regiões do estado do Rio. Duas das áreas mais atingidas pelos loteamentos irregulares são o Parque Estadual da Serra da Tiririca, na Região Oceânica de Niterói, e a Reserva Ecológica da Massambaba que se estende pelos municípios de Araruama, Saquarema e Arraial do Cabo. Estou fazendo um levantamento dos loteamentos e condomínios vendidos sem título de propriedade e licença ambiental da Feema e vou encaminhar as denúncias ao Ministério Público.

**Como o senhor descobriu sua vocação para a política?**

Essa vocação vem de geração para geração. Meu avô por parte de pai, Serze-



Leandro Marins

delo Corrêa, quase foi senador pelo Rio, porém faleceu e outra pessoa foi nomeada em seu lugar. Minha mãe, Dalva Larazoni, foi vereadora em Duque de Caxias. Em nossa família, a política pode ser considerada a oitava arte. Ela está no sangue.

*"Na CPI da Grilagem vou apurar denúncias de loteamentos irregulares"*

**Em dois anos de trabalho, o senhor teve duas leis aprovadas. Quais os projetos de lei de sua autoria que tramitam hoje na Alerj?**

Eu criei o Dia Estadual da Cultura, comemorado no dia três de dezembro (data de nascimento do jornalista Roberto Marinho) e sou co-autor da lei de resíduos sólidos do deputado Carlos Minc (PT). Entre os projetos de lei que estou trabalhando atualmente estão a instalação do Código Estadual de Meio Ambiente, o que cria a disciplina Formação Cidadã no currículo escolar e, por fim, o projeto de lei que reverte

100% do *couvert* para o artista.

**O senhor encaminhou um ofício solicitando a instalação de uma fábrica de papel imprensa no estado. Como esta fábrica pretende atuar?**

Tentaram instalar essa indústria no Paraná, mas o Governo não teve recursos para tal. No estado do Rio, temos leis de incentivo fiscal criadas pela governadora Rosinha Garotinho. Pretendemos instalá-la no Noroeste Fluminense. O Brasil utiliza 400 mil toneladas de papel e ela teria capacidade de produzir 380 mil toneladas. Isso abasteceria praticamente todo o comércio interno brasileiro. Portanto será de grande valia para o estado.

**Qual o seu sonho como deputado estadual?**

Ver todas as crianças, jovens e futuros adultos cientes de seus deveres e direitos. No Estado em que vivemos a cidadania não é exercida corretamente porque as pessoas não a conhecem. Se as escolas ensinarem noções básicas de direito e cidadania todos vão saber se defender das ameaças e das injustiças.